

Divisão da Unidade Financeira, Contabilidade, Aprovisionamento e Património (UFCAP), respetivamente.

6 de setembro de 2013. — A Presidente da Câmara, *Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Morais*, Dr.ª

307559572

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA PESQUEIRA

Aviso n.º 2044/2014

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por meu despacho de 29 de novembro 2013, no uso da competência que me é conferida pela alínea *a*) do n.º 2 do artigo 35.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2003 de 12 de setembro, determinei a manutenção, de José Carlos Teixeira dos Santos, no cargo de Chefe da Divisão Financeira, em regime de gestão corrente, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 24.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, adaptada à administração local pela Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, com efeitos a 1 de dezembro de 2013.

27 de janeiro de 2014. — O Presidente da Câmara, *José António Fontão Tilha*.

307576728

MUNICÍPIO DE SEIA

Aviso n.º 2045/2014

A Câmara Municipal de Seia, deliberou nas suas reuniões de 19/12/2013 e 23/1/2014, dar início ao processo de revisão dos seguintes Planos de Pormenor que abrangem dois dos espaços industriais e de localização empresarial do concelho, designadamente:

Revisão do Plano de Pormenor da Zona Industrial de Seia (Pólo I) — deliberação tomada na reunião da Câmara Municipal de 19/12/2013.

Revisão do Plano de Pormenor do Espaço Industrial da Vila Chã (Abrunheira) deliberação tomada na reunião da Câmara Municipal de 23/1/2014.

Neste sentido, se informa que decorrerá nos quinze dias posteriores à data de publicação do presente Aviso, um período de participação do público nos termos do estabelecido no Artigo 77.º/2 do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, para a formulação de sugestões e para a apresentação de informações sobre quaisquer questões que possam ser consideradas no âmbito dos respetivos procedimentos.

A consulta ou quaisquer outros esclarecimentos sobre os processos serão facultados pelos serviços técnicos no horário normal de funcionamento.

23 de janeiro de 2014. — O Presidente da Câmara, *Carlos Filipe Camelo Miranda de Figueiredo*.

207578137

MUNICÍPIO DE SERPA

Aviso (extrato) n.º 2046/2014

Cessação da relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado

Para cumprimento do disposto no n.º 1/d) do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que foi extinta a relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, dos trabalhadores abaixo indicados:

Miguel Velhinho Abraços, assistente operacional/leitor cobrador, posição remuneratória 3, nível 10, aposentado com efeitos a partir de 1 de fevereiro de 2014;

José Manuel Salvadinho Furão, assistente operacional/pedreiro, posição remuneratória 8, nível 8, aposentado com efeitos a partir de 1 de setembro de 2013;

Francisco José Bentes Biscoito, assistente operacional/pedreiro, posição remuneratória 10, nível 10, aposentado com efeitos a partir de 1 de fevereiro de 2014.

17 de janeiro de 2014. — O Presidente da Câmara, *Tomé Alexandre Martins Pires*.

307548167

MUNICÍPIO DA SERTÃ

Edital n.º 117/2014

José Farinha Nunes, Presidente da Câmara Municipal Sertã, torna público, nos termos do disposto no artigo 56.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, conjugado com o n.º 3 do artigo 18.º do Regulamento de Preços e Tarifas do Município que na reunião de 20 de dezembro de 2013, foi deliberado por maioria, aprovar a alteração à Tabela de Preços deste Município conforme a seguir se indica que entrarão em vigor no dia seguinte à sua publicação na 2.ª série do *Diário da República*.

Alteração à Tabela de Preços do Município da sertã

Artigo 16.º

Aluguer de Equipamentos

1. — Administração pública e instituições sem fins lucrativos
 - 1.1 — Aluguer de tenda, por cada 100 m² e por cada três dias — 48,22 €
 - 1.2 — O aluguer de máquina retroescavadora, por hora — 20,00 €
 - 1-3 — O aluguer de máquina retroescavadora giratória, por hora — 32,50 €
 - 1.4 — O aluguer de máquina de rastos buldózer, por hora — 32,50 €
 - 2 — Outras entidades
 - 2.1 — O aluguer de tenda, por cada 100 m² e por cada três dias — 144,67 €
 - 2.2 — O aluguer de máquina retroescavadora, por hora — 60,00 €
 - 2.3 — O aluguer de máquina retroescavadora giratória, por hora — 97,50 €
 - 2.4 — O aluguer de máquina de rastos buldózer, por hora — 97,50 €

Aos preços atrás referidos acresça o IVA à taxa legal em vigor
Mais se informa que o presente edital e a informação de fundamentação económica — financeira de fixação dos preços podem ser consultados em www.cm-serta.pt
Para constar se lavrou o presente edital e outros de igual teor, que vão ser afixados nos lugares de estilo.

29 de janeiro de 2014. — O Presidente da Câmara, *José Farinha Nunes*.

307580615

MUNICÍPIO DE SESIMBRA

Aviso n.º 2047/2014

Para os devidos efeitos se faz público que, por despacho do signatário, datado de 13/01/2014, foi concedida ao funcionário, José Manuel Gomes Couto, licença sem remuneração, por um período de 2 anos, com efeitos a partir de 28 de dezembro de 2013.

20 de janeiro de 2014. — O Presidente da Câmara, *Arqt. Augusto Pólvora*.

307551958

Aviso n.º 2048/2014

Para os devidos efeitos se faz público que, por despacho do signatário datado de 27/12/2013, ao abrigo do disposto na alínea *a*) do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, e do n.º 1 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, conjugado com a alínea *b*) do artigo 19.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, foi designada, em regime de substituição, a trabalhadora Ana Maria Correia Gaspar Alves, no cargo de Chefe de Divisão de Educação e Desporto, com efeitos a partir de 2 de janeiro de 2014.

20 de janeiro de 2014. — O Presidente da Câmara, *Augusto Manuel Neto Carapinha Pólvora*.

307554371

Aviso n.º 2049/2014

Para os devidos efeitos se faz público que, por despachos do signatário, datados de 16/01/2014, foram concedidas aos trabalhadores, as licenças sem remuneração abaixo indicadas:

Marta Susana Neto Borges Elisbão de Jesus, pelo período de 5 meses, com início a 1 de fevereiro de 2014;

Marilene Claro Gomes, pelo período de 6 meses, com início a 1 de fevereiro de 2014,

José Carlos Santos Gomes, pelo período de 6 meses, com início a 17 de março de 2014.

27 de janeiro de 2014. — O Presidente da Câmara, *Arquiteto Augusto Pólvora*.

307570377

MUNICÍPIO DE TERRAS DE BOURO

Aviso n.º 2050/2014

Renovação da Comissão de Serviço

Para os devidos efeitos se torna público que, por meu despacho de 10 de julho de 2013, no uso da competência que me é conferida pela alínea a) do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, nos termos do artigo 23.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, aplicável à administração local por força do artigo 17.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, é renovada a comissão de serviço de Paulo José Pereira Antunes, no cargo de Dirigente Intermédio de 2.º grau da Unidade Orgânica de Administração Geral e Finanças, pelo período de três anos, com efeitos a partir de 10 de julho de 2013.

8 de novembro de 2013. — O Presidente da Câmara Municipal, *Joaquim José Cracel Viana*.

307385762

MUNICÍPIO DE TONDELA

Editais n.º 118/2014

José António Gomes de Jesus, presidente da câmara de Tondela, torna público que de acordo com o exposto no artigo 35.º número 1, alínea i) da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, que a câmara municipal, na sua reunião de 28 de janeiro de 2014, deliberou a aprovação da alteração ao regulamento de liquidação e cobrança de taxas e outras receitas municipais do Município de Tondela e submeter a apreciação pública, para recolha de sugestões pelo prazo de trinta dias a contar da publicação no *Diário da República*, no cumprimento do disposto no artigo 118.º do código de Procedimento Administrativo.

Mais se torna público que durante o período de apreciação pública o projeto de alteração do regulamento pode ser consultado no balcão único da Câmara Municipal de Tondela, nos dias úteis das 8H30 às 17H00.

Os interessados devem formular por escrito e dirigir ao presidente da câmara as eventuais observações ou sugestões dentro do período atrás referido.

Para conhecimento geral, se torna público o presente edital e outros de igual teor vão ser afixados nos lugares públicos de estilo.

30 de janeiro de 2014. — O Presidente da Câmara, *José António Gomes de Jesus*.

207581636

MUNICÍPIO DE TORRES NOVAS

Aviso n.º 2051/2014

Pedro Paulo Ramos Ferreira, Presidente da Câmara Municipal de Torres Novas:

Faz público que, por despacho datado de 27 de dezembro de 2013, nomeei, em comissão de serviço, Ana Catarina Canais Rodrigues Pinheiro, para desempenhar as funções de Chefe de Gabinete do meu Gabinete de Apoio Pessoal, com efeitos a partir de 1 de janeiro do corrente ano, ao abrigo do n.º 1 do artigo 42.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

3 de janeiro de 2014. — O Presidente da Câmara, *Pedro Paulo Ramos Ferreira*.

307579288

Aviso n.º 2052/2014

Para os efeitos previstos no n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na redação dada pela Portaria n.º 145-A/2011 de 6 de abril, torna-se público, que por despacho, datado de 28 de janeiro do corrente ano, foi homologada, a lista unitária de ordenação final dos candidatos aprovados em procedimentos concursual Aberto pelo aviso n.º 10779/2013, publicado no *Diário da República*, II série, n.º 167 de 30 de agosto de 2013.

A lista unitária de ordenação final homologada encontra-se afixada no edifício dos Paços do Concelho e publicitada na página eletrónica. www.cm-torresnovas.pt.

Da homologação da lista de ordenação final pode ser interposto recurso de acordo com o disposto no n.º 3, do artigo 39.º da Portaria n.º 83-A/2009 de 22 de janeiro com a redação introduzida pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril.

29 de janeiro de 2014. — O Presidente da Câmara, *Pedro Paulo Ramos Ferreira*.

307578501

MUNICÍPIO DE VIEIRA DO MINHO

Aviso n.º 2053/2014

Eng. António Cardoso Barbosa, Presidente da Câmara Municipal de Vieira do Minho, faz público, nos termos do art.º 118.º do Código de Procedimento Administrativo, que na sequência de deliberação da Câmara Municipal datada do passado dia 23 de janeiro, está aberto a inquérito público, pelo período de 30 dias contados da publicação no *Diário da República*, 2.ª Série, o Programa Municipal de Reparações Domésticas ao Domicílio “Vieira Solidário”.

29 de janeiro de 2014. — O Presidente da Câmara, *Eng. António Cardoso Barbosa*.

Programa Municipal de Reparações Domésticas ao Domicílio “Vieira Solidário”

Nota justificativa

Vieira do Minho apresenta um elevado número de pessoas idosas, assim como de doentes crónicos, muitas vezes isolados, e a carecerem de intervenções nas suas habitações, constituindo tal um encargo monetário para os mesmos.

No sentido de potenciar a qualidade de vida dos idosos e dos portadores de doenças crónicas, com carências económicas, e minimizar os seus encargos com pequenas reparações nas suas habitações, o Município de Vieira do Minho, desenvolveu o Programa Vieira Solidário.

Assim, ao abrigo do disposto no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa e nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com a alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do mesmo diploma legal, submeteu-se a aprovação pela Assembleia Municipal, o Programa Municipal de Reparações Domésticas ao Domicílio «Vieira Solidário», tendo em conta o previsto pela alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, alínea k) do n.º 2 do artigo 25.º e alíneas h) e i) do n.º 2 do artigo 23.º, todos eles da atrás referida Lei n.º 75/2013.

Artigo 1.º

Âmbito de aplicação

O presente regulamento define as regras de funcionamento do serviço aqui designado como “Vieira Solidário”.

Artigo 2.º

Objeto

1 — O Vieira Solidário é um serviço prestado gratuitamente, pela Câmara Municipal de Vieira do Minho, através de pessoal técnico competente e qualificado, e que visa realizar pequenas reparações domésticas nas habitações dos idosos, pensionistas por invalidez e portadores de doenças crónicas.

2 — As intervenções a realizar no âmbito deste programa estão consignadas ao espaço interior das habitações.

3 — Não obstante o referido no número anterior, em situações excecionais, que não necessitem de licenciamento ou autorização camarária, e após autorização do Presidente da Câmara Municipal de Vieira do Minho, a intervenção pode ser alargada a espaços exteriores das habitações.

Artigo 3.º

Requisitos para aceder ao serviço

1 — Podem usufruir dos serviços do Vieira Solidário os munícipes do Concelho de Vieira do Minho com rendimento per capita inferior ao salário mínimo nacional e que satisfaçam um dos seguintes requisitos:

- Tenham idade igual ou superior a 65 anos;
- Sejam pensionistas por invalidez;
- Sejam portadores de doenças crónicas.